

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E A FILOSOFIA DO BEM VIVER

THE CONCEPT OF DEVELOPMENT AND THE PHILOSOPHY OF GOOD LIVING

Ana Paula Silva de Andrade¹

Sandro Benedito Sguarezi²

Sonia Aparecida Beato Ximenes de Melo³

RESUMO. Esse trabalho busca delinear uma breve discussão sobre o conceito de desenvolvimento sob duas abordagens: a ocidental eurocêntrica, influenciada pelo colonialismo e pelo capitalismo, estreitamente relacionada à fatores econômicos e a abordagem do Bem Viver, filosofia inspirada nos movimentos indígenas andinos que versa sobre o resgate dos saberes originários e da harmonização das relações com a natureza, como forma de enfrentamento à crise socioambiental global. Como procedimento metodológico utilizou-se a revisão bibliográfica, que consistiu na busca e análise da produção científica sobre o tema em publicações, em uma construção analítica que buscou evidenciar outra abordagem para o desenvolvimento, que engloba e destaca a relação entre o meio ambiente e o bem-estar social.

PALAVRAS- CHAVE: Desenvolvimento. Colonialismo. Buen Vivir.

ABSTRACT. This work seeks to outline a brief discussion on the concept of development under two approaches: the Western Eurocentric, influenced by colonialism and capitalism, closely related to economic factors, and the Good Living approach, a philosophy inspired by the Andean indigenous movements that deals with the rescue of original knowledge and the harmonization of relationships with nature, as a way of facing the global socio-environmental crisis. As a methodological procedure, a bibliographical review was used, which consisted of the search and analysis of scientific production on the subject in publications, in an analytical construction that sought to highlight another approach to development, which encompasses and highlights the relationship between the environment and the environment. social welfare.

¹ Servidora Pública, bióloga e Mestre em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola pela Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT.

² Administrador, Pesquisador e Professor dos Programas de Pós-graduação em Ciências Ambientais e de Educação da Universidade do Estado do Mato Grosso.

³ Contadora, Prof. Adjunta da Universidade do Estado do Mato Grosso e Doutora em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

KEYWORDS. Development. Colonialism. Buen Vivir.

INTRODUÇÃO

O conceito de *desenvolvimento* tem, ao longo do tempo, alimentado diálogos e confusões interdisciplinares e é tal seu potencial de estabelecer pontes ou rupturas entre a teoria e a prática que, em sua abordagem, frequentemente, torna-se árduo delinear fronteiras entre a ideologia, a doutrina, a utopia e as práticas sociais (AMARO, 2003).

De modo geral, sugere um processo progressivo de mudança, que se baliza nas concepções sociais que delimitam os diferentes paradigmas que tomam o desenvolvimento como mote (SANTOS; DARIDO, 2021). À vista disso, mais que a definição de sentido do termo importa delinear quais foram as bases históricas que determinaram tais concepções e como elas influenciam a compreensão de desenvolvimento no mundo moderno.

Nas sociedades ocidentais, há o amplo uso do termo desenvolvimento enquanto uma construção que designa vários aspectos relacionados ao bem-estar da humanidade, mas que por bastante tempo esteve associada apenas ao fator crescimento econômico (SOARES JÚNIOR; QUINTELLA, 2008).

Tal vinculação se deu em virtude da lógica de que uma expansão de riqueza contribuiria para as condições de vida das pessoas - no sentimento de que o bom é quando se tem mais - que legitimou como desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente (SEN, 1988; OLIVEIRA, 2002).

Dessa forma, segundo critérios econômicos, quanto mais riqueza material a sociedade possui, mais desenvolvida ela será considerada. No entanto, as condições demonstram que esse pensamento não conduziu necessariamente ao bem-estar social (BENVENUTI, 2008), especialmente se observada a análise de Furtado (1974), na qual o desenvolvimento econômico pautado nos padrões de consumo dos países desenvolvidos, se universalizado, resultaria em colapso do sistema econômico devido à pressão ambiental sobre os recursos não-renováveis e os elevados custos para controle da poluição.

Considerando esses pontos, ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento foi sendo construído com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental (SANTOS *et al.*, 2015), ressaltando-se a particularidade fundamental de que as divergências existentes entre essas concepções não são excludentes e se complementam, na verdade, em alguns pontos (SCATOLIN, 1989).

Surge dessa forma a necessidade de se qualificar o desenvolvimento, visando, como efeito imediato, pensar e debater o futuro da humanidade (VARGAS *et al.*, 2016). Assim, se o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002) e a qualidade de vida é um conceito influenciado por vários fatores, um dos quais a qualidade do meio ambiente (HAJDUOVÁ *et al.*, 2014), há que se equacionar a dinâmica entre desenvolvimento, crescimento econômico, qualidade de vida e meio ambiente.

Na prática, porém, pode-se igualmente afirmar que tanto a falta de acesso adequado à infraestrutura e serviços ambientais como água e sistemas de saneamento afetam a vida das pessoas quanto o processo de urbanização como efeito do desenvolvimento do meio urbano resulta em intensa manipulação do ambiente natural, chegando a praticamente desvincular o ser humano de seu relacionamento com a natureza (KELES, 2011; FORATTINI, 1991).

Assim, a crise de caráter sistêmico e civilizatório desencadeou um movimento de questionamento da lógica capitalista que pressupõe a mercantilização da vida, da natureza e dos conceitos e oportunizou o debate sobre modelos alternativos de desenvolvimento, pautado pela possibilidade de se viver fora dos parâmetros de bem estar definidos pela modernidade ocidental eurocêntrica, capitalista e colonial, voltando-se às questões de espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política e ética (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017a; ; RODRIGUES *et al.*, 2021; SAMPAIO *et al.*, 2017).

Na América Latina, a reação ao conceito de desenvolvimento sob a ótica eurocêntrica registrou-se especialmente pela crítica de vários pensadores do sul global que se dedicaram a escrever sobre a situação de dependência da região com o norte global e que buscaram apontar alternativas, como a reflexão sobre o sentido de *Bem Viver*, modelo alternativo de desenvolvimento, expressão cuja gênese advém dos povos indígenas da região andina e que constitui uma proposta orientada por princípios diferentes do capitalismo, na qual as bases são comunitárias, livres de preconceitos e abertas à visões outras de vida (RODRIGUES *et al.*, 2021).

Nessa perspectiva, o propósito desse trabalho foi delinear uma breve reflexão sobre a proposta do Bem Viver à luz do pensamento decolonial, descrevendo o contexto histórico do conceito de desenvolvimento, partindo da revisão de literatura, em publicações em português, espanhol e inglês, a partir dos descritores ou PALAVRAS-CHAVE decolonialidade, bem viver, desenvolvimento e meio ambiente.

Raízes colonialistas, frutos decoloniais

A construção de uma visão crítica em relação ao que é considerado desenvolvimento no contexto geopolítico, econômico e social pela visão ocidental é um exercício complexo, que demanda tanto a compreensão das bases gerais do processo histórico que o estruturou e o fez prevalecer quanto a disposição em analisar as perspectivas pela ótica dos povos colonizados.

A princípio, deve-se considerar que a necessidade de sobrevivência é intrínseca à natureza humana e as condições contingentes de vida constantemente levam o ser humano a buscar interações, como a divisão de terras e recursos com pessoas de diferentes áreas geográficas, que orientam a consciência de singularidade e da condição diferenciada de cada um (YPI, 2016; CARNEIRO; ABRITTA, 2008).

Assim, ao percorrer os registros históricos, é possível notar essa tendência nos grandes fenômenos migratórios - essencialmente europeus, como as Cruzadas e as Grandes Navegações - em seu empreendimento de expansão e colonização (SANTOS, 2016; VIEIRA *et al.*, 2015).

Aqui convém situar com Dussel (2005), que a Europa latina até o século XV era periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afro-asiático, condição que se alteraria com as navegações ibéricas entre os séculos XV e XVI, promotoras da expansão marítimo-comercial que resultou em novas rotas de comércio e instituiu o colonialismo como uma ordem planetária, originalmente europeia (SANTOS, 2016; VIEIRA *et al.*, 2015).

Essa ordem colonialista se delineou com a prática de dominação dos povos com a imposição de lógicas racializadas, patriarcais, heteronormativas e de supremacia branca, sedimentadas por meio da invasão e reestruturação de espaços, culturas e mercados por empresas concessionárias e missões cristãs e o enriquecimento por meio de dominação territorial, tributação, extração de recursos naturais e trabalho forçado, essencialmente objetivando lucro (MURREY, 2020; ZALAMENA, 2018).

Além do controle e sustentação da relação de domínio por meio de intervenções autoritárias no âmbito político, militar, econômico e social (GONTIJO, 2009), foi exercida ainda a dominação cultural, mediante imposição de outras línguas e valores aos povos colonizados, com objetivos associados à execução das dominações materiais (TOMLINSON, 1991; KOHN; REDDY, 2017; BLAKEMORE, 2019).

O colonialismo, como componente central da expansão europeia, determinou uma lógica colonial-capitalista cujo objetivo principal foi o de acumulação de capital, estabelecendo as relações que lançaram as bases do capitalismo como modo de produção (LÓPEZ, 2020; FERREIRA, 2014) e cujo

implemento levou à incorporação progressiva dos demais continentes ao sistema, de forma subordinada e dependente (CHAGASTELLES, 2008).

O que se deve ser evidenciada aqui é a tônica de violência utilizada como recurso para tal acumulação no choque entre o capitalismo e as civilizações não regidas por ele (SOLDERA, 2018), que resultou numa história universal concebida na medida em que a diferença colonial forneceu o gabarito para se rotular povos e culturas, tornando-as mensuráveis, comparáveis ou mesmo irrelevantes (BORBA, 2020) frente às perspectivas eurocêntricas.

Se nos países colonizadores esta ação se justificou e legitimou por expandir o pretense projeto civilizador eurocêntrico, para os colonizados expressa, até os dias de hoje, a barbárie, com o desprezo por suas culturas e histórias que se tornaram sinônimo de atraso frente à internalização da ideologia da superioridade eurocêntrica (MENESES, 2018).

Nesse contexto, a legitimidade do colonialismo, conforme Kohn e Reddy (2017), vem sendo questionada pelos filósofos ocidentais, devido a matriz colonial-cultural de estruturação social ter sido assumida com objetivo de civilização, modernidade e desenvolvimento (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017b), mas com o modelo hegemônico global de poder instaurado desde a conquista articulando pessoas, raça, trabalho e espaço de acordo com as necessidades do capital e para o benefício dos brancos europeus (ESCOBAR, 2003).

Desse modo, a Europa, as elites e o capital foram, durante muito tempo, os únicos sujeitos com protagonismo na história e o capitalismo foi naturalizado como sinônimo de evolução, civilização e progresso, ainda que o período áureo da Europa como poder global e imperial tenha se encerrado em 1945 (FERREIRA, 2014; SANTOS, 2016).

Com a transição do colonialismo original para um novo colonialismo, voltado à espoliação das economias dependentes, foi sintomático que os debates sobre o desenvolvimento tenham se acirrado depois da Segunda Guerra Mundial, quando os países aliados, visando livrar seus territórios de problemas como as desigualdades políticas, econômicas e sociais (OLIVEIRA, 2002) lideraram, segundo Furtado (1974), o processo de industrialização, utilizando os recursos naturais de acesso mais fácil e novamente controlando grande parte dos recursos de outros países.

Nesse âmbito, Amin (2005) faz notar que houve uma substituição de uma multiplicidade de colonialismos em permanente conflito por um colonialismo coletivo associando o conjunto dos centros do sistema mundial capitalista - Estados Unidos, Europa Ocidental e Central e Japão.

Essa reestruturação culminou no processo de globalização, com novas formas de expansão das grandes potências, materializadas na privatização dos recursos públicos, desnacionalização das empresas e patrimônios dos Estados e

povos; enfraquecimento e ruptura de compromissos do Estado social e abandono dos camponeses pobres em benefício das grandes companhias agrícolas (CASANOVA, 2005).

O ponto de convergência dessas intervenções foi o então chamado Terceiro Mundo - atualmente "países em desenvolvimento" - conjunto de nações não pertencentes ao núcleo capitalista hegemônico, que agrupou estados que integraram vastos impérios coloniais, povos subjugados por séculos de colonialismo e atraso decorrente, que buscavam - com a vaga da descolonização do pós-guerra e as consequentes transformações - um rumo autônomo de desenvolvimento (GASPAR, 2015).

O conceito de desenvolvimento invocado nesse momento foi aquele concebido no campo da economia, identificado com o progresso material, centrado na ideia da acumulação de riqueza, crescimento econômico e promessa de maior bem-estar, sendo considerado o centro do processo social (FURTADO, 1974; CARDOSO, 1995), a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma avançada (SANTOS *et al.*, 2015).

Cardoso e Faletto (2008) esclarecem que essa idealização de desenvolvimento, ao se ampliar ciclicamente, produziu tanto riqueza, acumulação e emprego para alguns, como pobreza, diminuição de capital e desemprego para outros, sem a efetivação de uma sociedade mais igualitária ou mais justa.

Duarte e Gracioli (2007) atribuem esse fenômeno ao fato de o desenvolvimento e subdesenvolvimento terem sido tratados apenas no âmbito quantitativo utilizando-se indicadores – tais como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sob os quais pesam as dificuldades e os problemas metodológicos envolvidos em sua análise – como únicos critérios para situar as economias, sem dar maior importância aos aspectos estruturais, maiores responsáveis por fundamentar desigualdades.

Frente a isso e especialmente após a criação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), passou-se a discutir a necessidade de se diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento, no sentido de que o primeiro deveria ser entendido pelo viés quantitativo, enquanto o segundo deveria ser interpretado como um processo de mudança qualitativa envolvendo transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social (OLIVEIRA, 2002).

Siedenberg (2006) observa que há tanto uma concordância sobre a complexidade desse processo quanto discordância sobre as formas de implementação e condução das políticas de desenvolvimento, ressaltando que, no contexto dos projetos de desenvolvimento implementados nas últimas décadas, a primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais vem

enfraquecendo, com o termo desenvolvimento passando a ser associado a adjetivos como “humano”, “eco” e “sustentável”.

Esse processo se justificou dado o aumento da crise ecológica, econômica e política, com a estagnação do crescimento aliada aos efeitos controversos das inovações tecnológicas, que favoreceram o individualismo e a insatisfação do ser humano - sinalizados pelo aumento das manifestações de ansiedade e depressão, além de altas taxas de suicídio em escala global - e evidenciou a necessidade de uma mudança de rumo na forma como as sociedades vem se construindo (SIMÕES, 2021).

Frente a isso, Sauvé (2005) problematiza se a relação com o mundo ainda pode ficar limitada a uma dinâmica de “gestão de recursos”, com as atividades humanas sendo interpretadas unicamente dentro do quadro de referência do desenvolvimento mesclado à bandeira da sustentabilidade, numa interlocução que se impõe em escala planetária, mas sobrepondo-se às diversas culturas e reduzindo as possibilidades de se pensar as realidades de maneira diversa.

Nesse sentido, Sachs (2002) avalia que, de modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente da estratégia de desenvolvimento.

A questão fulcral aqui é que muitas dessas populações sofreram o apagamento de suas construções subjetivas, sendo forçadas a adotar o conhecimento exógeno como correto, científico, racional e superior, enquanto sua produção, advinda de outra origem geográfica, foi internalizada como não racional e inferior (MAIA; FARIAS, 2020).

Frente a isso, a discussão sobre as assimetrias nas relações entre nações dominantes e periféricas começou a ser construída por intelectuais ligados ao pensamento decolonial, movimento que se esforça pela superação da base conceitual eurocêntrica e das práticas, instituições e do discurso tradicional do desenvolvimento, buscando alternativas a partir da cosmovisão dos povos e nacionalidades autóctones e trazendo à luz filosofias como a do Bem Viver (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver como alternativa ao paradigma de desenvolvimento

As críticas de diferentes atores sociais em relação à concepção ocidental de desenvolvimento ensejaram questionamentos radicais sobre temas correlatos, tais como crescimento, progresso, reforma de mercado, extrativismo, consumismo material individual, que confluíram para alternativas à própria ideia de

desenvolvimento (SOUZA *et al.*, 2021) e amiúde volta seu olhar para o modo de vida de povos originários.

Apesar da situação de dominação e exploração de vários séculos, resultantes da colonização europeia, muitos povos se mantêm fiéis ao modo de vida alternativo em detrimento ao desenvolvimento assumido pelas sociedades ocidentais (ALCÂNTARA, SAMPAIO, 2017b). Para estes, não existe um processo linear da vida que estabeleça estágios de subdesenvolvimento e desenvolvimento, pela qual as pessoas devem transitar para que alcancem o bem-estar, como acontece no mundo ocidental (ACOSTA, 2016).

Nessa esteira, Escobar (2014) dá destaque às análises com embasamento nos movimentos e saberes indígenas, que tencionam ir além dos saberes ocidentais internalizados, criticando a modernidade europeia e construindo alternativas de desenvolvimento, entre as quais figura o *Bem Viver*.

O termo *Bem Viver* se difundiu como uma expressão utópica que representaria um modo de vida desejável e diferenciado do atual padrão civilizatório moderno, um caminho para concretizar o estabelecimento de padrões de vida autônomos, baseados no alcance da felicidade e no equilíbrio dos diferentes âmbitos da existência social, sob relações orientadas em direção à harmonia e à reciprocidade (QUINTERO, 2018).

O *Bem Viver* traduz aproximadamente a expressão quíchua *Sumak Kawsay*, empregada sobretudo no Equador, enquanto *Viver Bem* traduz *Suma Qamaña*, expressão em língua aimará da Bolívia, com a elaboração de suas noções remontando aos anos 1990, quando os movimentos indígenas passaram a reivindicar o direito de manter suas tradições, resistindo às propostas governamentais para se integrarem aos processos de desenvolvimento/modernização em curso em seus países (MACHADO; GENRO, 2018).

A proposta do *Bem Viver* é uma categoria central da filosofia de vida das sociedades indígenas andinas e configura uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de convivência a partir de grupos tradicionalmente marginalizados, que trazem um resgate do modo de vida e os saberes indígenas, através de seu conhecimento originário e da harmonização das relações com a natureza e como forma de enfrentamento à crise socioambiental global (ACOSTA, 2016; CAMARGO; TONSO, 2011).

Como dimensões para a realização do *Bem Viver* na concepção indígena, Hidalgo-Capitán *et al.* (2014) elencam a necessidade de um território de três esferas: a roça, a floresta e a água, que se relacionam com elementos materiais e simbólicos; o entendimento de que os elementos imprescindíveis para o bem viver são obtidos junto a natureza mediante o desenvolvimento de qualidades como

equilíbrio e sabedoria, em aprendizagem comunitária; uma dimensão ética em que estão inclusos a busca da harmonia em todos os lugares, o que requer solidariedade, manifesta em respeito e valorização de idosos e no compartilhamento e reciprocidade entre os membros da comunidade.

Nessa conceituação, é central que existam condições espirituais e subjetivas, como prazer, felicidade, desejos, anseios e planos de se levar a vida em harmonia com a natureza, no entanto, ela não exclui a necessidade de condições materiais e objetivas, como riqueza (sem as nuances capitalistas de acumulação), comodidades, tempo livre e acesso a serviços de saúde e educação (SOUZA *et al.*, 2021).

Sob essas condições, Camargo e Tonso (2011) consideram que o Bem Viver se apresenta como uma alternativa que não almeja definir um novo padrão de desenvolvimento, uma vez que os povos originários somente buscam reconstruir e dar continuidade a seu modo de vida ancestral, mais sustentável ambiental e socialmente que os modelos ocidentais.

Para os estudiosos, a importância da retomada dos valores e dos saberes dos povos originários andinos reside no fato de que a discussão em torno da construção de um novo paradigma civilizatório pode consolidar uma alternativa latino-americana que respeite as pluralidades e supere os processos históricos que nos conformaram, sem a importação de modelos gerados em realidades distintas.

Nesse contexto, o Bem Viver se tornou também um paradigma que orienta as políticas públicas e ações dos Estados Nacionais na regulação de relações sociais, sob o propósito de reduzir as desigualdades na sociedade e melhorar as condições de vida dos sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica, como ocorreu no Equador e Bolívia, países que buscam a construção de um projeto de sociedade por meio da adoção de princípios do Bem Viver em suas novas constituições e políticas públicas (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017b).

Embora seja recente enquanto corpo de ideias que pode ser mapeado, estudado e compreendido como parte do pensamento político, os elementos que constituem a base da filosofia de Bem Viver já existem (SILVA, 2019) e, para Quintero (2018), a expressão vem sendo utilizada como uma abstração que permite representar e caracterizar, em uma só categoria, diversas concepções dos povos indígenas da América Latina sobre suas formas de existência e, em geral, sobre os sistemas de vida plenos e desejáveis.

Inclusa na literatura acadêmica internacional, o Bem Viver versa sobre o surgimento de uma lógica “outra”, própria do indígena e oposta à moderna, que vem alcançando visibilidade em outros planos para além do local e libertando-se do rótulo negativo de “tradicional” enquanto sinônimo de “não-científico”, cuja

lógica não seria condizente com a racionalidade requerida pelos postulados ontológicos e epistemológicos da ciência moderna (DELGADO, 2014).

Em relação à adequação a esses parâmetros, Guevara-Aristizábal e Eschenhagen (2017) assinalam que o arcabouço do Bem Viver enfrenta os desafios de evitar sua captação pelo desenvolvimento hegemônico, bem como conceber alternativas de desenvolvimento viáveis a longo prazo, enquanto Gudynas (2009) ressalta os desafios da ordem de compreensão dos direitos da natureza, uma vez que esses, no âmbito do Bem Viver, encerram valores intrínsecos do meio ambiente, os quais rompem com a postura antropocêntrica por serem independentes de valorações humanas.

Somam-se a isso o fato de o Bem Viver focar transformações nas estruturas econômicas e relações de poder, visando mudanças radicais e não apenas incrementais (VANHULST; BELING, 2013), o que leva a inferir que, enquanto direcionador para a alocação de valores, os conflitos entre atores, bens, serviços sociais e custos políticos se unem às dificuldades intrínsecas dos paradigmas a serem adotados, no quais as decisões são centradas na compreensão indígena do mundo, de forma que a negociação para o sucesso das políticas públicas em tais modelos de desenvolvimento é árdua (SOUZA *et al.*, 2021)

Gallegos (2010) ressalta ainda que o alcance dos patamares de satisfação do Bem Viver supõem a existência de tempo livre para que se busque a contemplação e a emancipação, de modo que, para o desenvolvimento dos indivíduos e coletivos, outros requisitos devem ser atendidos, tais como liberdades, oportunidades, capacidades e potencialidades reais, os quais devem ser exercidos sem dominação sobre o outro, o que possibilitaria a construção do reconhecimento mútuo, da autorrealização e da realização de um porvir social compartilhado.

Tais reflexões em relação à sua implantação, no entanto, não impedem o reconhecimento da validade das propostas do Bem Viver, ao ponderar-se que, em virtude da influência do colonialismo e do capitalismo, as sociedades vivam cada vez mais em função da competição, seja nos mercados de trabalho e consumidor ou mesmo na esfera pessoal, sendo apenas aquele que alcança o “êxito” considerado bem sucedido (CAMARGO; TONSO, 2011), enquanto a filosofia do Bem Viver entende que para um indivíduo ou grupo estar bem e melhor é preciso conviver bem, em comunidade, e não melhor que os outros, à custa dos outros (ALBÓ, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O colonialismo e sistema capitalista por ele instituído legaram um modelo que perdura por pelo menos por cinco séculos, com várias questões impostas pelo domínio colonial que ainda afetam as nações colonizadas e estão pendentes de resolução.

As escolhas humanas, orientadas pelos valores e instituições eurocêntricos, são responsáveis por desequilíbrios sociais e ambientais de escala planetária vistos atualmente. Por muito tempo, as opções no tocante ao desenvolvimento foram encaradas de forma simplista, como se se tratasse de uma escolha entre pessoas ou árvores, uma vez que o meio ambiente tem sido sistematicamente subvalorizado, ao passo que o crescimento econômico ocupa o topo das prioridades (PNUD, 2020).

A tendência de se promover unicamente o desenvolvimento econômico dificulta que se enxergue o que deve ser o principal objetivo do desenvolvimento: prover qualidade de vida às pessoas e satisfazer suas necessidades e aspirações sem comprometer o meio ambiente. Num mundo onde a pobreza e a injustiça social ainda são endêmicas, o Bem Viver fornece um caminho outro para se pensar em como atender as necessidades básicas humanas, materiais e espirituais, contribuindo para uma sociedade menos desigual e em harmonia com a natureza.

Com vistas a isso, o conceito de desenvolvimento pode ser repensado, buscando conjugar os fatores econômicos, políticos e sociais à luz da sustentabilidade, numa nova conformação que converse com a proposta do Bem Viver e passe a incorporar também a natureza como componente fundamental para o desenvolvimento humano, seguindo a reflexão de Gudynas (2009), pela qual a boa vida dos seres humanos só é possível se a sobrevivência e integridade da teia da vida da natureza puder ser garantida.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: 2ª reimpressão, Elefante, 2016. Disponível em: <https://base.socioeco.org/docs/bemviver.pdf>. Acesso em: 7 out. 2022.
- ACOSTA, A. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: SOUSA, C. M., org. **Um convite à utopia**, Campina Grande: EDUEPB, v. 1, p. 203-233, 2016. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/kcdz2/epub/sousa-9788578794880.epub>. Acesso em: 6 set. 2022.
- ALBÓ, X. Suma Qamaña = o bem conviver. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 4, n. 8, mai./ago., 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/articule/view/44913/28794>. Acesso em: 3 out. 2022.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: Utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, abril 2017a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/articule/view/48566/32108>. Acesso em: 2 set. 2022.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. **Rev. Rup.**, San Pedro de Montes de Oca, v. 7, n. 2, p. 1-31, dez. 2017b. Disponível em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2215-24662017000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2022.

AMARO, R. R. Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 4, jul. 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1573>; DOI: 10.4000/cea.1573. Acesso em: 2 nov. 2022.

AMIN, S. O Imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 77-123. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Fzm4BXPHmV6GGbBdFvwpPSh/?lang=pt>. Acesso em: 26 dez. 2022.

BENVENUTI, C. Desenvolvimento Humano Sustentável. In: **ENSUS** - Encontro de Sustentabilidade em Projeto do Vale do Itajaí, 2., 9, 10 e 11 de abril de 2008. Disponível em: <https://ensus2008.paginas.ufsc.br/files/2015/09/Desenvolvimento-humano-sustent%C3%A1vel.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

BLAKEMORE, E. What is colonialism? The history of colonialism is one of brutal subjugation of indigenous peoples. **National Geographic**, fev. 2019. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/culture/articule/colonialism>. Acesso em: 5 de out. 2022.

BORBA, P. Para uma teoria crítica do eurocentrismo: história, colonialismo e o resto do mundo. **Revista Estudos Políticos**, v.11, n. 1, 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/articule/view/46518/26675. Acesso em: 3 de out. 2022.

CAMARGO, T. D.; TONSO, S. Educação ambiental crítica e “vivir bien” (Suma Qamaña). In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL A Pesquisa em Educação Ambiental e a Pós-Graduação no Brasil, 6., Ribeirão Preto, 4 a 7 de setembro de 2011. **Anais [...]**. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0169-1.pdf. Acesso em: 10 de out. 2022.

- CARDOSO, F. H. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4, out./dez. 1995. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/60-11.pdf>. Acesso em: 1 set. 2022.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M., orgs. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, p. 4-20, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf>. Acesso em: 6 set. 2022.
- CARNEIRO, Cláudia; ABRITTA, Stella. Formas de existir: a busca de sentido para a vida. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 190-194, dez. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672008000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 5 out. 2022.
- CASANOVA, P. G. O Imperialismo, hoje. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 65-75. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/X95rVmKVbNxyvbfZSHZfZxf/?lang=pt>. Acesso em: 2 de dez. 2022.
- CHAGASTELLES, T. M. S. As sociedades africanas e o colonialismo. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p. 111-122. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/pdf/macedo-9788538603832-09.pdf>. Acesso em: 4 out. 2022.
- DELGADO, A. C. T.; GÓMEZ, J. M. **Guerreiros do Arco-Íris**: os caminhos e descaminhos da descolonização na Bolívia no início do século XXI. 2014. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 209p. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5289>. Acesso em: 17 dez. 2022.
- DUARTE, P. H. E.; GRACIOLLI, E. A teoria da dependência: Interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARXENGELS CEMARX - ECONOMIA E POLÍTICA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. Democracia, Dependência e Desenvolvimento na América Latina, 5., UNICAMP. 06 a 09 de novembro de 2007. **Anais [...]**. Campinas, 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/ce marx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessao4/Pedro_Duarte.pdf. Acesso em: 5 ago. 2022.
- DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latinoamericanas**. LANDER, Edgardo. (Org.). Colección Sur Sur, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2591382/mod_resource/content/1/colonialidade_do_saber_eurocentrismo_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 23 de out. 2022.

- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, n. 1, p. 51-86, jan. 2003. Disponível em: <https://revistas.unicolmayor.edu.co/index.php/tabularasa/articulate/view/1683/2180>. Acesso em: 3 out. 2022.
- ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra**. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y Diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014. 184 p. (Coleção Pensamiento vivo). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/escpos-unaula/20170802050253/pdf_460.pdf. Acesso em: 3 out. 2022.
- FERNANDEZ, B. P. M. Ecodesenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável e Economia Ecológica: em que sentido representam alternativas ao paradigma de desenvolvimento tradicional? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 109-120, jan./jun. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/articulate/view/19246/14460>. Acesso em: 6 out. 2022.
- FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Soc. estado.**, v. 29, ano 1, abril 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/LMbR7mNnPDM7CXV5L59MkFR/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2022.
- FERREIRA, A. C. Colonialismo, capitalismo e segmentaridade: nacionalismo e internacionalismo na teoria e política anticolonial e pós-colonial. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 1, jan./abril 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/LMbR7mNnPDM7CXV5L59MkFR/?lang=pt#>. Acesso em: 3 set. 2022.
- FORATTINI, O. P. Qualidade de vida e meio urbano. A cidade de São Paulo, Brasil. **Rev. Saúde públ.**, São Paulo, ano 2, v. 25, p. 75-86, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/fjv5ywhTMSMF5gZf9n3d8qL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 set. 2022.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 1974.
- GALLEGOS, R. R. Socialismo del sumak kawsay o biosocialismo republicano. In: **Los nuevos retos de América Latina: Socialismo y sumak kawsay**. Quito: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo-Senplades, 2010, 200 p. Disponível em: <https://rebelion.org/socialismo-del-sumak-kawsay-o-biosocialismo-republicano/>. Acesso em: 8 out. 2022.
- GASPAR, R. C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 17, n. 33, p. 265-296, maio 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cm/a/rbnKdf7jR6gT3mLbcQmNgKG/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2022.

GONTIJO, L. C. B. A Dominação epistemológica no Imperialismo: a construção de uma narrativa de subjugação dos povos colonizados. **Cadernos de Relações Internacionais**, PUC-Rio, v. 2, dez. 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46002/46002.PDF>. Acesso em: 2 out. 2022.

GUDYNAS, E. La ecología política del giro biocéntrico en la nueva Constitución de Ecuador. **Revista de Estudios Sociales**, v. 32, n. 1, p. 34-47, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n32/n32a03.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

GUEVARA-ARISTIZÁBAL J. F.; ESCHENHAGEN, M. L. Pensar em tempos de crise: ¿como dialogar com la vida? **Nómadas**, v. 46, n. 1, p. 237-250, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/noma/n46/0121-7550-noma-46-00237.pdf>. Acesso em: 5 out. 2022.

HAJDUOVÁ, Z.; ANDREJOVSKÝA P.; BESLEROVÁ, S. Development of quality of life economic indicators with regard to the environment. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 110, p. 747 – 754, 2014. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1877042813055596?token=B340347061A102008>

AF59C19E12E0EFAFE9E1B2459FA84E72C5D8FB975D45D5694C1F54EAA39E6CD7CC3C1C78C2FFABB&originRegion=us-east-1&originCreation=2021 1020140300. Acesso em: 12 set. 2022.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L.; ARIAS, A.; ÁVILA, J. El pensamiento indigenista ecuatoriano sobre el Sumak Kawsay. In: **Sumak Kawsay Yuyay. Antología del pensamiento indigenista ecuatoriano sobre Sumak Kawsay**. Hidalgo-Capitán, A. L.; García, A. G.; Guazha, N. D., editores. Ecuador: Agência Andaluza de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 2014. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/libro_sumak.pdf. Acesso em: 25 dez.2022.

KELES, R. The Quality of Life and the Environment. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 35, p. 23 – 32, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042812003710>. Acesso em: 2 set. 2022.

KOHN, M.; REDDY, K. Colonialism. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2017. Editor: Edward N. Zalta, Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2017/entries/colonialism/>. Acesso em 15 out.2022.

LÓPEZ, G. A. G. Reflections on disaster colonialism: Response to Yarimar Bonilla's 'The wait of disaster'. **Political Geography**, v. 78, 2020. Disponível em: <https://yarimarbonilla.com/wp-content/uploads/2020/04/Garcia-diaster.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

- MACHADO, A. M. N.; GENRO, M. E. H. Lições do sul: “buen vivir-vivir bien”, uma alternativa ao desenvolvimento, desde o pensamento andino. **Otra Economía**, v. 11, n. 20, p. 119 - 135, 2018. Disponível em: <https://revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14735>. Acesso em: 3 out. 2022.
- MAIA, F. J. F.; FARIAS, M. H. V. Colonialidade do poder: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/wbtt55LdndtrwfkvRN5vqb/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2022.
- MENESES, M. P. Colonialismo como violência: a “missão civilizadora” de Portugal em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Número especial, p. 115- 140, 2018, nov. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/7741>. Acesso em: 4 out. 2022.
- MURREY, A. Colonialism. **International Encyclopedia of Human Geography**, ano 2, v. 2, p. 315–326, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780081022955108042>. Acesso em: 3 set. 2022.
- OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/477/372>. Acesso em: 22 out. 2022.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2020: A próxima fronteira, o Desenvolvimento Humano e o Antropoceno**. 2020. Nova Iorque. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020_pt.pdf. Acesso em: 22 set. 2022.
- QUINTERO, P. Suma Qamaña, Suma Jakaña, Qamir Qamaña: Debates aymara sobre o bem-viver na Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 112 - 131, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/344343558_SUMA_QAMANA_SUMA_JAKANA_QAMIR_QAMANA_DEBATES_AYMARA_SOBRE_O_BEM-VIVER_NA_BOLIVIA. Acesso em: 5 nov. 2022.
- RODRIGUES, T. A.; LEANDRO NETO, J.; SOUZA, F. L. M. O conceito de Bem Viver na agenda da pesquisa no Brasil: um estudo historiográfico no período de 2017 a 2019. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.12, n.3, p. 492-501, 2021. Disponível em: <https://www.sustenere.co/index.php/rica/article/view/CBPC2179-6858.2021.003.0040/2710>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em:

- https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5825347/mod_resource/content/1/Caminhos%20para%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.%20Sachs%2C%20Ignacy%20%282002%29.pdf. Acesso em: 3 out. 2022.
- SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JÚNIOR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L. C. S. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.26, n.1, p.40-50, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/hJSmbm3V7GdNHknQPHwXmss/?lang=pt#>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez. 2016, p. 24-56. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/MhJD_gxRHxRwPJb3MLGgdqd/?lang=pt. Acesso em: 3 nov. 2022.
- SANTOS, E. O.; VIEIRA, K. S.; REIS, M. V. S.; MENDES, P. C.; AQUINO, A D. B.; BRITO, C. R. O Imperialismo Europeu no Século XIX: Justificativas e Consequências. In: FEPEG - Fórum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão - A humanização na ciência, tecnologia e inovação, 9., 23 a 26 de setembro de 2015, Montes Claros - MG. Disponível em: http://www.fepeg2015.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/o_imperialismo_europeu_no_seculo_xix.pdf. Acesso em: 11 jan. 2023.
- SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.
- SCATOLIN, F. D. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989
- SEN, A. The concept of development. In: **Handbook of Development Economics**, v. I, editado por H. Chenery e T.N. Srinivasan. Elsevier Science Publishers, B.V., 1988. Disponível em: <https://people.brandeis.edu/~teuber/Sen,%20The%20Concept%20of%20Development.pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.
- SIEDENBERG, D. R. Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em Questão**, v. 2, n. 3, p. 09-23, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/87>. Acesso em: 11 nov. 2022.
- SIMÕES, M. S. Ensaios sobre desempenho socioeconômico, complexidade econômica e performance ambiental. 236 f. **Tese** (Doutorado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/32854/3/EnsaioDesempenhoSocioecon%C3%B4mico.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2023.

SILVA, F. P. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI O Sumak Kawsay/Suma Qamaña. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 101, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wxKbGBzXkbLLFfcnBxC4HSz/?lang=pt>. Acesso em: 4 set. 2022.

SOARES JÚNIOR, J.; QUINTELLA, R. H. Development: an Analysis of Concepts, Measurement and Indicators. **Brazilian Administration Review**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 104-124, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/bar/a/5SHFhx5cBhrQtBM6GXWy3tp/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 2 out. 2022.

SOLDERA, R. A. O imperialismo e a era de ouro do capitalismo. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 7., Encontro de Pós-Graduação em História Econômica, 4., **Anais [...]** Ribeirão Preto: USP/ABPHE, 2019. 10 a 11 de julho de 2018. Disponível em:

http://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/SOLDERA.%20O%20IMPERIALISMO%20E%20A%20ERA%20DE%20OURO%20DO%20CAPITALISMO.pdf. Acesso em: 4 set. 2022.

SOUZA, F. C. S.; QUIQUETO, A. M. B.; LENA, M. B. A.; SANTI, V. J. C.; MORAES, N. R. Etnodesenvolvimento e bem viver: concepções e implicações para políticas públicas. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 2, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12860/11520>. Acesso em: 23 set. 2022.

TOMLINSON, J. **Cultural imperialism: A critical introduction**. Baltimore, Md: Johns Hopkins University Press, 1991. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=0CFMS0z5-gcC&oi=fnd&pg=PP13&dq=Cultural+Imperialism:+A+Critical+Introduction>. Acesso em: 17 de set. 2022.

VANHULST, J.; BELING, A. El buen vivir: una utopía latinoamericana en el campo discurso global de la sustentabilidad. **Polis**, v. 12, n.36, p. 497-522, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/9638>. Acesso em: 4 out.2022.

VARGAS, F.; ARANDA, Y. P.; RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento sustentável: Introdução histórica e perspectivas teóricas. In: **Introdução às teorias do desenvolvimento** (orgs.) NIEDERLE, P. A.; RADOMSKY, G. F. W.; coordenado pelo SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 118 p., 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad101.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022.

VIEIRA, J. D.; GRAÇA, R. F.; RODRIGUES, A. J.; SILVA, J. A. B. Uma breve história sobre o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo. **Ciências Humanas e Sociais Unit.**, Aracaju, v. 2, n.3, p. 125-137, março 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/1950/1210>. Acesso em: 13 nov. 2022.

YPI, L. Qué está mal con el colonialismo. **Signos Filosóficos**, México, v. 18, n. 36, p. 140-176, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-13242016000200140. Acesso em: 4 out. 2022.

ZALAMENA, J. C. M. Colonização e qualidade democrática: Apontamentos com base no *Democracy Index*. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/54493/35206>. Acesso em: 3 out. 2022.